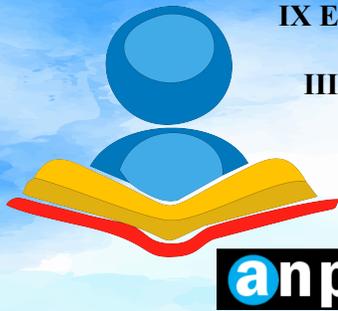


IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEDU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

**ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E OS DIÁLOGOS COM A NOVA  
POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO**

**Jânio Nunes dos Santos<sup>1</sup>**  
jnio.nunes@gmail.com

**Viviane Caline de Souza Pinheiro<sup>2</sup>**  
viviane.cs.pinheiro@gmail.com

**Adriana Cavalcanti dos Santos<sup>3</sup>**  
adricavalcanty@hotmail.com

**RESUMO:**

O percurso histórico da alfabetização no Brasil nos direciona para esse momento, a criação de uma nova política, intitulada como Política Nacional de Alfabetização (PNA). É a partir dela, por meio de uma pesquisa documental do tipo qualitativa (TRIVIÑOS, 2013), que este artigo tem como objetivo analisar as mudanças de concepções sobre o processo de alfabetização levando em consideração a história da alfabetização e o Decreto N° 9.765 que institui a PNA, norteados teoricamente a partir das discussões de Mortatti (2000), Soares (2003; 2014; 2016), entre outros. Os resultados mostram que apesar de a preocupação com o desempenho nas proficiências de leitura, escrita e matemática pareçam girar em torno dos resultados das avaliações de larga escala, o referido decreto propõe reducionismos metodológicos e conceituais sobre os caminhos a ser trilhados pela alfabetização enquanto método explícito e direcionado fonicamente, dando pouca ênfase ao caráter social da escrita da língua, levando ao apagamento do letramento, que se dá em práticas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização – Letramento – Política Nacional de Alfabetização.

## **1 INTRODUÇÃO**

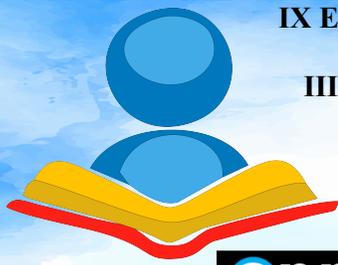
A alfabetização no Brasil, ao longo dos cinco últimos séculos, tem sido perpassada por diversas conceptualizações engendradas pelas frentes de poder que a concebe e dissemina. Inicialmente, a frente jesuítica entedia alfabetização intimamente ligada ao processo de catequização como meio de propagar a fé católica e, conseqüentemente, fortalecer o poder da igreja. Em seguida, o projeto educacional pombalino visou ao fortalecimento do poder do Estado pelas rédeas da educação formal, pois alfabetizar, segundo a Reforma de Pombal, atrelava-se ao ensino secular, ministrados por professores régios (VILLELA, 2000).

<sup>1</sup> Doutorando em Educação (UFAL), Mestre em Educação (UFS), membro do GELLIT e professor da Educação Básica nas redes municipal e estadual de Alagoas.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação com ênfase em Educação e Linguagem (PPGE/UFAL), graduada em Pedagogia (CEDU/UFAL) e membro do grupo de estudo GELLIT.

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Ciência da Educação pela Universidade do Porto – Portugal. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas e líder do grupo de Estudo e Pesquisa em Didáticas de Leitura, da Literatura e da Escrita (GELLIT).

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGGE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEU - UFAL



PPGECIM  
Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de  
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

Por sua vez, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, trouxe consigo avanços significativos com vistas ao ensino elementar e à formação do professor primário no Brasil, dada a larga existência de professores leigos espalhados pelas capitanias. Nos moldes da Escola Normal, o professor de primeiras letras adquirira formação institucional certificada e *status* de profissional a despeito do ofício que exercia, embora a formação no viés normalista tenha sido um projeto descontínuo ao longo do século XIX (SAVIANI, 2009).

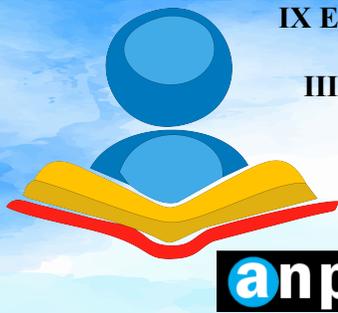
Com a implantação da República no país, muda-se o projeto de governo que, somado à revolução industrial no início do século XX, trava uma “batalha” contra o analfabetismo, a fim de levar a população a aprender a ler, escrever e contar, com o intuito de suprir as demandas do mercado de trabalho que sofria com a falta de mão-de-obra minimamente qualificada (MORTATTI, 2000).

O limiar do século XXI trouxe o discurso de alfabetização voltado para a idade certa. Com isso, investiu-se em formação inicial e continuada para os professores alfabetizadores, vislumbrando o conseqüente melhoramento das proficiências em leitura, escrita e matemática nas provas de larga escala, dando novo corpo ao sentido da alfabetização, ao passo que se evidencia ainda mais o discurso de fracasso escolar nos primeiros anos do ensino fundamental.

Nesse contexto, como expõe Soares (2014, p. 19): “é significativo refletir sobre o fato de não ser de uso corrente a palavra *alfabetismo*, “estado ou qualidade de alfabetizado”, enquanto seu contrário, *analfabetismo*, “estado ou condição de analfabeto”, é termo familiar e de universal compreensão”. Dessa forma, ao longo de todo o processo de ensino da língua escrita, o foco se mostrou voltado a alfabetizar as crianças consideradas analfabetas.

Atualmente, o Brasil ainda se encontra nessa situação de fracasso na alfabetização, entretanto, são as avaliações externas, a exemplo da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) que evidencia tais índices. Assim, o contexto histórico da alfabetização é demarcado na ordem do dia pela nova política pública intitulada Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto N° 9.765. É a partir do olhar para essa política que este artigo se propõe a analisar as mudanças ocorridas com vistas ao processo de alfabetização levando em consideração a história da alfabetização e o decreto da PNA. Tratando-se, nesse sentido, de

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



**anpae**



**PPGGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

uma investigação de natureza documental, e norteada teoricamente pelas discussões de Mortatti (2000), Soares (2003; 2014; 2016), entre outros.

Dado o exposto, o presente artigo divide-se em duas seções. Na primeira far-se-á uma descrição do contexto histórico da alfabetização até o presente momento. Na segunda, a discussão será acerca do Decreto 9.765 e as mudanças propostas buscando elencar os possíveis avanços e/ou retrocessos.

## **2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL**

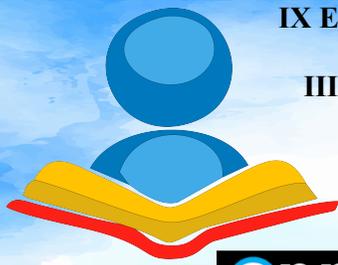
Para além da formação e construção histórica do alfabetizador, o processo histórico de construção do(s) conceito(s) da alfabetização no Brasil se confunde, sobretudo, com a história dos métodos (sintético, analítico e misto) (MORTATTI, 2006) em um Brasil recém-independente em meados de 1822.

Ao processamento de cada método (fosse sintético, analítico ou misto) consegue-se fazer algumas delimitações de modo a perceber os usos que eram dados para as cartilhas em cada momento. Para o método sintético, atividade como a cópia repetidamente das vogais e em sequência das consoantes, levava em consideração a ordem alfabética. A metodologia de ensino e a aquisição da escrita eram organizadas de maneira linear e isoladas dos contextos reais de uso da língua escrita, seguindo uma ordem já estabelecida, e levando em conta que a aquisição da escrita só seria alcançada com a realização de atividades de repetição das letras do alfabeto. Essa repetição caracteriza(va) a certeza da eficácia dos métodos de uma forma geral (ALEXANDROFF, 2013).

Com os métodos analíticos, a orientação da prática pedagógica foi modificada, metodologicamente apresenta-se o todo (palavras, sentenças, historietas) para decomposição em partes menores (letras). No entanto, atividades com base na repetição permanecem em cena como estratégia para a alfabetização.

A metodologia articulada para os métodos analíticos focava a leitura em olhar para o texto em sua totalidade estruturante e a escrita estava vinculada à realização da cópia de todo o texto para então partir para as frases, em seguida para as palavras e por fim focar nas letras, na sequência das unidades maiores às menores (MORTATTI, 2006).

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Para a aplicação dos métodos mistos no processo de alfabetização coexistia em alguns momentos o uso dos métodos sintéticos e em outros dos métodos analíticos. Nessa perspectiva, algumas propostas de atividades eram recorrentes, a saber: sequência de cópias e repetições de unidades de sentidos, considerando também o rigor com a caligrafia e a ortografia.

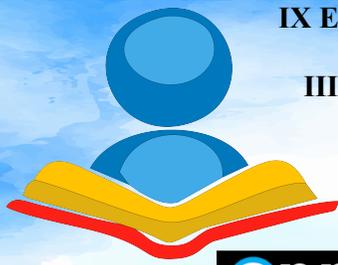
A falta de progresso nos índices de alfabetização, à época (final do século XX), avaliados interna e externamente em nível nacional, tornou a realidade da alfabetização no Brasil ainda mais preocupante (SOARES, 2016). Nesse sentido, houve a necessidade de ampliação do conceito de alfabetização, surgindo o conceito de letramento inserido em um contexto de desmetodização (os métodos iam se afastando da escola, mas não deixando de existir por completo, para dar lugar à teoria da aprendizagem construtivista) (MORTATTI, 2000).

Especialmente com os postulados que passavam a ser disseminados em território nacional: a partir da *Psicogênese da Língua Escrita* (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999), obra de caráter construtivista que ecoou forte nos anos 1980 em toda a América Latina, por defender que a criança aprende sobre sua língua pelo contato com textos completos e variados antes mesmo de entrar na escola; e na escola é levada a refletir sobre a língua escrita a partir do valor sonoro.

Com a publicação do livro de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística* (1986) e da obra de Leda Verdiani Tfouni, *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso* (1988), as quais tornaram o termo letramento recorrente no discurso de especialistas e de professores (SOARES, 2014) no Brasil. Diante disso, e mesmo perante as discussões postas, percebe-se falta de compreensão sobre o que realmente trata o Construtivismo (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999), levando-o a ser reduzido a um método de alfabetização, o que negava toda a sua amplitude e complexidade.

O início do século XXI é marcado por confusão e indecisão sobre como as crianças deveriam ser alfabetizadas, gerando certa insegurança para os professores alfabetizadores. Nesse momento, os estudos de Magda Soares referentes ao letramento principalmente a partir dos anos de 1990 incentivam os usos de textos na sala de aula sempre inseridos dentro dos contextos sociais. O termo letramento passa a ser alargado com as obras, que propõem a

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEOU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de  
Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS**

alfabetização sob a égide das facetas linguísticas (SOARES, 2016) em comunhão com a escrita vivenciada nas práticas sociais: o letramento.

Com essa nova perspectiva, o trabalho com o texto no ambiente escolar ganha significação, entendendo que as metodologias relacionadas às produções escritas dos alunos passam a estar cada vez mais presentes em seu cotidiano, isto é, novos conhecimentos passam a se mesclar aos conhecimentos prévios.

Partir de um contexto histórico tão complexo torna ainda mais desafiador o trabalho do professor alfabetizador, entendendo que a alfabetização não está associada somente a uma questão de métodos (SOARES, 2016); ultrapassa as fronteiras de um ou outro método, visto que envolve a subjetividade dos participantes desse processo, o local em que estão inseridos, suas vivências e percepções sobre a língua em aquisição escrita. É antes uma questão de métodos em simbiose, ou de adequação de métodos à realidade.

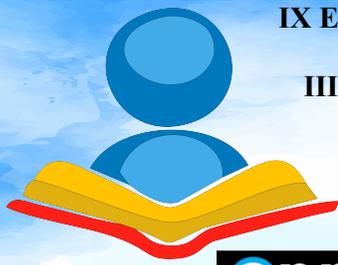
Dado o exposto, a história da alfabetização no Brasil foi pautada por um rigor metodológico em certo momento ou pela falta de rigor técnico em outro, o que deu continuidade aos elevados índices de analfabetismo. A Política Nacional de Alfabetização surge, como será evidenciado na continuidade deste trabalho, portanto, em caráter reducionista, ao desconsiderar o que se pesquisou e se experimentou no Brasil, até o momento, sobre alfabetização.

### **3 POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: VOZES DISCURSIVAS EMERGENTES**

O Decreto 9.765 institui em 11 de abril de 2019 a Política Nacional de Alfabetização. Nesse contexto, além da Base Nacional Comum Curricular (2017), a PNA também é colocada para a comunidade escolar como mais um documento oficial norteador das Políticas e das práticas curriculares dos professores alfabetizadores no que diz respeito à alfabetização dos alunos.

O primeiro fator apresentado pelo referido Decreto, que já revela algumas alterações com relação aos demais documentos oficiais vigentes no país, é a delimitação do ano escolar para alfabetizar os alunos. Em seu artigo 5º, o decreto afirma a “priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”, enquanto a BNCC (2017) afirma que as crianças

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**

**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEOU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de  
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

devem estar alfabetizadas até o segundo ano do Ensino Fundamental anos iniciais e o Plano Nacional de Alfabetização (2014) afirma ser somente no último ano do ciclo de alfabetização (3º ano).

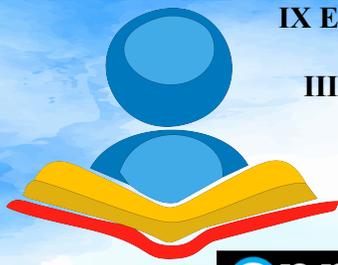
É perceptível a divergência dos três documentos oficiais, no entanto, alegar a prioridade para alfabetizar os alunos no primeiro ano faz com que professores e alunos trabalhem exclusivamente aspectos relacionados ao ler, escrever e contar, de maneira que o letramento, os usos sociais (SOARES, 2003) passem a ser dissociados dessa relação.

De acordo com a PNA, a alfabetização é o “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”, e está claramente vinculada ao ensino explícito, o que não pode ser negado. No entanto, esse ensino deve estar amplamente associado aos aspectos sociais, aos usos da leitura e escrita como se defendia até então em âmbito nacional, o que o decreto não contempla ao tratar alfabetização como ensino de habilidades de leitura e escrita, em caráter codificador e decodificador da língua.

O Decreto inaugura oficialmente no país em documentos legais os conceitos de literacia e numeracia, entendendo que os termos letramento (anterior) e literacia (atual) são processos distintos, e não sinônimos como podem aparentar. Nesse sentido, quando definidos os seis componentes essenciais para a alfabetização (I. consciência fonêmica; II. instrução fônica sistemática; III. fluência em leitura oral; IV. desenvolvimento de vocabulário; V. compreensão de textos; e VI. produção de escrita), o decreto tem como foco para a aprendizagem da língua escrita a construção da consciência fonêmica. A literacia encontra-se evidenciada implicitamente nos seis componentes apresentados, associada ao processo de alfabetização enquanto domínio do código escrito, pois vale ressaltar que o decreto define literacia como o “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva”.

O decreto esclarece ainda que os professores da Educação Infantil e os professores alfabetizadores serão valorizados. Essa valorização se dará a partir das formações iniciais e continuadas definidas em três incisos do artigo 8. O inciso VII diz respeito ao estímulo ao ensino das ciências cognitivas e suas aplicações para o processo de ensino e de aprendizagem; no inciso VIII o foco está para os conhecimentos linguísticos e metodológicos para o ensino

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGGE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEU - UFAL



PPGECIM  
Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de  
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

da língua portuguesa; para o inciso XII o incentivo se volta para os gestores de modo que possam dar o suporte necessário para os professores.

A real necessidade da criação de novos mecanismos para a alfabetização no Brasil está vinculada principalmente ao olhar para o professor, tendo em vista que é ele que está em sala de aula com o aluno. Quanto mais estratégias forem criadas para atender as demandas dos professores, maiores e melhores serão os avanços percebidos nas avaliações nacionais. Busca também realinhar a compreensão sobre os caminhos da alfabetização enquanto método explícito e direcionado, deixando de lado o caráter social da escrita da língua, o que revela a ideologia do governo vigente elitista-conservador em perpetuar uma alfabetização funcional.

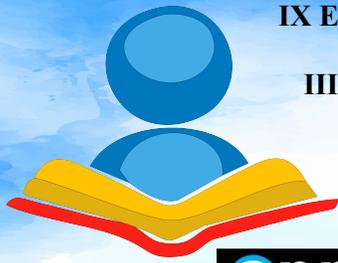
#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar as mudanças ocorridas com vistas ao processo de alfabetização levando em consideração a história da alfabetização e o Decreto N° 9.765 da PNA. Nesse sentido, depreende-se que as políticas educacionais têm se preocupado com o analfabetismo ainda presente na realidade brasileira e lançam a idade certa para que as crianças estejam alfabetizadas, embora haja divergências entre os documentos vigentes (BNCC e PNA). Apesar de a preocupação com o desempenho nas proficiências de leitura, escrita e matemática pareçam girar em torno dos resultados das avaliações de larga escala, o Decreto N° 9.765 da PNA propõe reducionismos metodológicos e conceituais sobre os caminhos a ser trilhados pela alfabetização enquanto método explícito e direcionado fonicamente, dando pouca ênfase para o caráter social da escrita da língua, o letramento que se dá em práticas sociais. Logo, o grande retrocesso do referido decreto está no apagamento do termo e da concepção de letramento na proposição de uma alfabetização vista tão somente como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em tom de codificação e decodificação.

#### REFERÊNCIAS

ALEXANDROFF, M. C. **Retomando o fio da meada**: a história dos métodos de alfabetização no Brasil. São Paulo: Plataforma do Letramento, 2013.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM  
Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de  
Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

BRASIL. **Decreto 9.765**. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431)> Acesso em: 08 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Alfabetização**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf)> Acesso em: 08 de out. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. Ministério da Educação (MEC), 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortattihisttextalfbbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf)> Acesso em: 03 de fev. 2019.

SAVIANI, D. **Formação**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40. P. 143-155, abr. 2009.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da Alfabetização**. *Revista presença pedagógica*, v.9, n.52, p. 15-21, jul.-ago/2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2013.

VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P. 95-134.